

TORNANDO A DIVERSIDADE VISÍVEL: A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS VIVÊNCIAS

Caroline Aparecida Ferreira¹
Magalí de Paula Silva Santana²

psicomagalisanatana@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Humanas

RESUMO

A educação como prática social visa integrar sujeitos à cultura e à sociedade. Inicialmente marcada por visões elitistas e categorizantes, a psicologia escolar evoluiu para uma abordagem mais inclusiva, especialmente após iniciativas como a Campanha Nacional Anual de Direitos Humanos. Diante das observações na instituição, presenciou-se situações que evidenciam o desafio do corpo docente para lidar com a inserção das crianças. Além disso, por meio do estudo realizado com duas professoras da pré-escola, foram levantadas importantes questões a respeito da capacitação e envolvimento dos professores no processo de inclusão escolar. As dificuldades enfrentadas pelo corpo docente refletem uma lacuna significativa na formação dos educadores, que muitas vezes se sentem despreparados para lidar com as demandas específicas dos alunos autistas. O trabalho em questão surge a partir de uma experiência de estágio básico supervisionado em Educação, do curso de Psicologia, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa através do método de observação. Utilizou-se, ainda, um questionário para coleta dos dados. Foram realizadas observações semanais dos serviços ofertados na Educação infantil com o objetivo de investigar e compreender melhor a questão da diversidade na escola, enfatizando as vivências e a inclusão escolar de crianças autistas na educação infantil. A pesquisa revelou não apenas os desafios enfrentados pelos professores, mas também a importância de estratégias pedagógicas adaptadas e de uma maior sensibilização e apoio institucional para promover uma verdadeira inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: inclusão; escola; professores; autismo; TEA.

1 INTRODUÇÃO

A Educação deve ser entendida como uma prática social que contribui na construção de sujeitos a partir de uma perspectiva integrada e sistêmica. Seu objetivo é repassar aos demais membros de uma sociedade tudo que foi produzido e experienciado até aquele momento. Essa transmissão da cultura produzida ao longo da história da humanidade permite aqueles que estão chegando se incorporarem no

¹Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Univértix.

² Psicóloga e Professora do Curso de Psicologia no Centro Universitário Univértix.

mundo histórico e social e humanizarem-se nas e pelas relações e laços construídos (Antunes, 2008).

A Educação permitirá que o sujeito se construa, enquanto cidadão que faz parte de uma sociedade e, ao mesmo tempo, auxiliará na construção de condições para que cada pessoa descubra e desenvolva suas potencialidades e talentos dentro e fora do ambiente escolar (Del Prette, 2002).

Quando a Psicologia como um todo e a Psicologia escolar, especificamente, nasce, infelizmente sua visão é marcada por ideias de categorização e identificação de possíveis problemas e psicopatologias (Cassins e cols., 2007; Machado & Souza, 2004). Ideais elitistas nortearam o trabalho de psicólogos e uma visão crítica vai surgir um pouco mais tarde, dadas as complexas demandas da sociedade brasileira.

Diante dos desafios encontrados nas escolas, como evasão, repetência, diferenças sociais, aliados aos avanços da ciência, o psicólogo começou a buscar um outro nível de contribuição eficaz. A partir de 1980, surgiu uma preocupação em valorizar o processo de aprendizagem, dando prioridade a uma abordagem mais ampla e indireta, concentrada em programas de treinamento para alunos com dificuldades e na capacitação de professores. Esse avanço é destacado por Almeida e Guzzo (1992, p.126) como um momento de virada significativo que resultou em "uma prática mais incisiva, presente e eficaz da Psicologia no contexto educacional". Assim, o papel do psicólogo passou a ser solicitado como um solucionador de problemas, com uma intervenção de natureza remediadora, voltada para a atuação institucional (Valle, 2003).

Em 2004, a Campanha Nacional Anual de Direitos Humanos dos Conselhos de Psicologia teve como tema "O direito à educação inclusiva", sob um viés de reivindicar do governo maiores investimentos na capacitação de recursos humanos, na criação e na ampliação de serviços que promovam a inclusão. A Psicologia está a serviço da construção do direito à educação inclusiva (CFP, 2009), em contramão à prática excludente que torna seletivo o ensino nas escolas regulares. Sendo assim, a escola desempenha um papel crucial para favorecer a todos cidadãos, o acesso ao conhecimento, e a oportunidade de desenvolver competências.

O trabalho em questão surge a partir de uma experiência de estágio básico supervisionado em Educação, do curso de Psicologia. Foram realizadas

observações semanais dos serviços ofertados na Educação infantil de uma escola municipal localizada em cidade do interior, na zona da mata mineira.

Perguntas que surgiram ao longo das observações apontam para um questionamento sobre a diversidade, o quanto ela é reconhecida e valorizada nos espaços escolares. Nossa hipótese para essa questão é de que muitas vezes as crianças atípicas são invisibilizadas no processo e suas necessidades nem sempre são atendidas.

O objetivo deste trabalho é investigar e compreender melhor a questão da diversidade na escola, enfatizando as vivências e a inclusão escolar de crianças autistas na educação infantil.

Trabalhos como este são importantes para trazer visibilidade a uma questão tão presente na sociedade, que é o desafio da inserção de uma educação inclusiva para todos, e sob o viés de buscar diariamente mudanças reais nas relações e na criação de uma sociedade justa, onde todas as pessoas, independentemente de sua condição, sejam valorizadas pelo seu valor e tenham seus direitos humanos respeitados (CFP, 2019).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A complexidade da subjetividade humana expressa – se pela forma em que o mundo se relaciona, encontrando assim, um debate acerca das relações sociais quando se trata das diversas formas de conhecimento e sob essa situação, surge a necessidade de uma mudança no padrão meritocrático e padronizado do setor educacional, sobre o qual se perpetuou pela história (Mantoan, 2004). A ideia de que os indivíduos precisam aprender em imersão à modelos científicos sem levar em conta as diferentes formas de comunicação e maneiras de se expressar, é contribuir para uma abordagem reducionista e cada vez mais distante do respeito à diversidade humana. Assim como defende Mantoan, 2004:

Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor, anulando e marginalizando as diferenças nos processos por meio dos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica saber expressar, dos mais variados modos, o que sabemos; implica representar o mundo, a partir de nossas origens, valores, sentimentos.

Para Carvalho (2023):

É importante destacar que, ao contrário de outros grupos sociais aparentemente homogêneos e com necessidades comuns, as pessoas com deficiência têm na própria diversidade uma de suas mais marcantes características.

Nesse sentido, é possível observar as singularidades externas dos indivíduos, especialmente àqueles no Transtorno do Espectro Autista (TEA), o qual é caracterizado pela falta de interação social e dificuldades na comunicação e linguagem no dia a dia. São pessoas que possuem formas únicas de se comportar, interagir e comunicar -se, tornando evidente características únicas que norteiam a importância de uma educação singular e que atenda às individualidades do sujeito (Octavio, 2019).

A partir de tal princípio, desde 2006, a Lei Brasileira de Inclusão, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, visa assegurar e promover a igualdade, além do pleno exercício em relação aos direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, buscando a inclusão social e a cidadania. Segundo Barbosa *et al.*, (2013), nesse período as mudanças socioculturais proporcionavam à sociedade discussões acerca da importância de ter a educação inclusiva e como resultado, iniciativas governamentais começaram a ser implementadas para facilitar a inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares. Isso reflete mudanças substanciais na educação, enfatizando a importância de adaptar os ambientes educacionais para atender às necessidades específicas dessas crianças, “a escola que antes excluía e rejeitava crianças com deficiência, agora se vê desafiada a prover um ensino de qualidade, criando metas para enfrentar e superar as dificuldades encontradas” defende Barbosa *et al.*, (2013).

O TEA é definido pela necessidade específica de apoio com crianças nascendo dentro desse espectro que se apresenta com um conjunto de condições em relação ao convívio social, além de interesses e atividades específicas e de forma repetitiva, as quais são distintas para cada pessoa, trazendo sua própria peculiaridade (OPAS, 2020). Os aspectos psicossociais revelam que os autistas tendem a se isolar devido à dificuldade em perceber e se identificar com as pessoas

e o ambiente ao seu redor, trazendo como resultado as dificuldades em relacionamentos interpessoais (Brito, 2015).

Sobre a importância da comunicação para o aprendizado dessas crianças, Brito (p.84, 2015) pontua:

Nos aspectos educacionais percebe-se que para se educar um autista é preciso também promover sua integração social e, neste ponto, a escola é, sem dúvidas, o primeiro passo para que aconteça esta integração. É a partir da creche que se deve conduzir o desenvolvimento intelectual e afetivo da criança autista, por meio de uma interação entre os ambientes que ela faz parte, fazendo-a conhecer a realidade existente na sociedade e proporcionando um saber da humanidade e das relações que a cercam.

Octavio *et al.*, (2019), apontam que a educação é a chave para a socialização e a inclusão do aluno autista, já a creche, tem por função desenvolver e conduzir a relação psicológica, intelectual e afetiva da criança, proporcionando uma interação com o ambiente, a socialização e o desenvolvimento de habilidades que melhorem o desempenho do aluno com TEA para os anos escolares seguintes, a educação infantil é o alicerce da aprendizagem.

No ambiente educacional, o professor é a pessoa mais importante no processo de aprendizagem do aluno e para assumir esse papel, é necessário se capacitar e buscar uma evolução contínua para compreender as possibilidades do ensino inclusivo (Bruni, 2013). Crianças diagnosticadas com TEA, precisam receber instruções explícitas, pois não aprendem de forma linear. Assim como aborda Brito (2015), “a escola tem que estar pronta para receber a criança autista, e conseguir desenvolver o seu cognitivo e intelectual, visto que antes de tudo ela tem de estar informada e ciente desse diagnóstico”.

Dessa forma, torna-se essencial adaptar o currículo escolar às necessidades das crianças, priorizando suas particularidades e potencialidades, e proporcionar oportunidades curriculares que sejam adequadas às habilidades e interesses individuais de cada uma desses indivíduos (Brito, 2015). Além disso, evidencia-se que o serviço a ser realizado com esses alunos requer um trabalho em Rede, a família também participa e desde o início, tanto a escola quanto a família, devem compreender que nem todos os dias serão iguais, inclusive a rotina em casa afeta dentro do ambiente escolar.

E ainda, os profissionais da escola precisam observar os progressos da criança sob a ótica dela mesma, evitando avaliações inflexíveis que possam

comprometer a ação pedagógica adequada. É essencial analisar o desenvolvimento do público infanto-juvenil desde sua entrada na escola, observando sua evolução e capacidades (Brito, 2015).

Diante desse cenário, o auxílio do psicólogo escolar durante o processo de adaptação da escola para receber a todo o público infantil com sua plena diversidade, é crucial a partir de seu dever profissional, assim como defende Fonseca (2018):

Como atribuições do psicólogo escolar, tem-se: colaborar com a adequação, pelos professores, de conhecimentos da Psicologia que lhes sejam úteis no desempenho reflexivo de seus papéis; desenvolver, com os participantes do trabalho escolar, atividades com o intuito tanto preventivo como resolutivo; elaborar e executar procedimentos destinados ao conhecimento da relação professor-aluno, visando, mediante ação coletiva e interdisciplinar, o estabelecimento de uma metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno; participar do trabalho das equipes de planejamento pedagógico, currículo e políticas educacionais, concentrando sua ação em aspectos relativos aos processos de desenvolvimento humano, de aprendizagem e das relações interpessoais, bem como participar da avaliação e redirecionamento das práticas educacionais, dentre outras.

Portanto, considera-se a importância de o psicólogo escolar adotar abordagens menos centradas em questões individualizantes e de desenvolver práticas profissionais que se concentrem em iniciativas colaborativas, envolvendo os professores como parceiros e contextualizando os processos educacionais. Isso implica fornecer suporte na definição de objetivos educacionais, conteúdos, métodos e materiais didáticos, bem como na integração entre teoria e prática. Além disso, inclui-se o apoio à autonomia do professor, a promoção e coordenação de atividades de desenvolvimento profissional, como treinamentos especializados e grupos de discussão, e a orientação, intervenção e acompanhamento tanto para desafios individuais ou coletivos quanto para questões relacionadas à inclusão (Antunes, 2018).

3 METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa através do método de observação. Segundo Vieira e Zouain (2005) a pesquisa qualitativa é uma abordagem interpretativa do mundo, isso significa que os pesquisadores buscam compreender as características estudadas por meio da interpretação dos

significados que as pessoas atribuem a eles. Em vez de se concentrarem apenas em dados objetivos e mensuráveis, como em métodos quantitativos, a pesquisa qualitativa busca uma descrição rica e detalhada dos eventos e das experiências das pessoas.

Já o método de observação é, para Gil (2002), a maneira mais apropriada para conhecer a realidade, visto que se caracteriza pelo mínimo de intervenção realizada pelo pesquisador no campo de estudo. Além da observação realizada no espaço, para a conclusão deste trabalho foi utilizado um roteiro de entrevista adaptado, criado por Martins (2021). A entrevista foi aplicada no corpo docente da instituição, sob o intuito de concretizar a hipótese levantada para este trabalho.

Este estudo faz parte do cumprimento do estágio supervisionado do curso de Psicologia do Centro Universitário Univértix. A observação foi realizada em uma Escola Municipal, na educação infantil de uma cidade pequena no interior na Zona da Mata mineira, totalizando 40 horas, oportunizando observação do funcionamento, atividades, público e demandas dos serviços ofertados.

A Escola Municipal observada, possui em sua instalação uma sala nomeada com a secretaria e diretoria da instituição, um almoxarifado, nove salas de aula, cinco banheiros, uma cozinha, uma quadra, totalizando dezessete cômodos, além da quadra a céu aberto. No que diz respeito às profissionais que atuam no local, existem a psicóloga escolar, a coordenadora, uma secretária, dez professores, cinco monitoras, duas auxiliares de cozinha e duas auxiliares de limpeza.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do cenário exposto, durante observações na instituição foi presenciado situações que evidenciam o desafio do corpo docente para lidar com a inserção da educação especial, além disso por meio do estudo realizado com duas professoras da pré-escola, foram levantadas importantes questões a respeito da capacitação e envolvimento dos professores no processo de inclusão escolar.

A Política Nacional de Educação Especial (PNEE), na Perspectiva da Educação Inclusiva, visa garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares. Orienta os sistemas de ensino a

responder às necessidades educacionais especiais, assegurando: transversalidade da educação especial; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização; formação de professores e profissionais para inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade em vários aspectos; e articulação intersetorial na implementação de políticas públicas (Brasil, 2020).

Nessa perspectiva, após questioná-las sobre o entendimento da implicação de inclusão social, foram obtidas as seguintes respostas: “É o ato de incluir em sociedade, pessoas que por algum motivo são minoria ou foram excluídas” e “Independentemente da condição, criar meios que permitam a participação de todos na sociedade”. Assim, conforme aponta Lima (2020), a formação inicial e continuada deve abordar não apenas as necessidades específicas dos alunos com deficiências, mas também a aplicação prática de metodologias inclusivas no cotidiano escolar. Contudo, no que diz respeito à especialização em educação especial, apenas uma dessas professoras relata ter se capacitado, incluindo em sua formação a Capacitação em Transtorno Global do Desenvolvimento e Pós Graduação em Educação Especial e relata como formas de adaptação escolar, atividades de coordenação adaptadas para alunos com dificuldades motoras e concentração, jogos pedagógicos.

Entretanto, a capacitação dos educadores enfrenta diversos desafios. Segundo Oliveira e Andrade (2018), a formação atual muitas vezes não abrange suficientemente as práticas pedagógicas inclusivas, deixando os professores inseguros e despreparados para lidar com a diversidade em sala de aula, especialmente se tratando de crianças autistas, pois vivenciam a falta de preparo do ambiente para recebê-los.

Um exemplo concreto da necessidade de uma abordagem mais inclusiva na educação é evidenciado pelo caso de uma menina diagnosticada com TEA, em uma sala de aula. Esta jovem, caracterizada por um nível de atividade elevado, enfrenta dificuldades em permanecer na sala de aula por longos períodos, ao contrário de seus colegas. Como resultado, muitas vezes ela expressa sua frustração através de choro e mostra um forte desejo de brincar. Infelizmente, sua monitora parecia não compreender plenamente suas necessidades, deixando-a frequentemente sozinha e sem participação em suas atividades. Em alguns casos, essa falta de atenção

culminava em períodos de choro que podiam durar de 20 a 30 minutos antes que a menina fosse finalmente liberada para se envolver em suas atividades recreativas. Este exemplo destaca a importância de uma abordagem individualizada para atender às necessidades de crianças autistas.

A escola desempenha um papel crucial no crescimento de todas as crianças, incluindo aquelas com TEA, que possuem características individuais, porém a capacitação dos educadores enfrenta entraves. As profissionais, relatam como um intenso desafio a participação dos pais e familiares durante esse processo de efetivação da PNEE: “Infelizmente o desinteresse e falta de comprometimento dos pais com relação ao diagnóstico e tratamento das crianças é um grande obstáculo em nossa atuação” relata a professora. Este dilema, não só dificulta a implementação das estratégias de inclusão, como também afeta negativamente o desenvolvimento dos alunos. Silva e Santos (2019) argumentam que a colaboração entre escola e família é essencial para o sucesso da inclusão, pois permite uma abordagem mais integrada e eficaz.

Entretanto, apesar dos esforços dos profissionais, a partir destes relatos ficaram explícitas situações que colocam em pauta a hipótese levantada nessa pesquisa, de que muitas vezes as crianças atípicas são invisibilizadas no processo e suas necessidades nem sempre são atendidas. A acessibilidade, mencionada na PNEE, também mostra um ponto de atenção: é fundamental assegurar que o ambiente escolar seja inclusivo não apenas em termos arquitetônicos, mas também em relação aos recursos didáticos e tecnológicos disponíveis. As adaptações de atividades, como jogos pedagógicos e exercícios de coordenação motora, são passos importantes, mas devem ser acompanhadas por uma estrutura que permita a plena participação de todos os alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por último, a realidade levanta questões cruciais sobre a efetiva implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE) e os desafios enfrentados no contexto escolar. Embora as professoras demonstrem compreensão teórica do conceito de inclusão social, a prática revela uma série de obstáculos que dificultam a verdadeira inclusão.

A invisibilidade das crianças atípicas no processo educativo destaca a necessidade urgente de uma abordagem mais inclusiva e proativa. É essencial que as escolas adotem práticas que garantam a visibilidade e a inclusão ativa de todas as crianças, independentemente de suas condições. Isso pode envolver a adaptação do currículo, o uso de tecnologias assistivas e a criação de um ambiente escolar acolhedor e acessível.

Além disso, a formação inadequada dos professores emerge como um problema significativo. Apenas uma professora mencionou ter se capacitado em áreas específicas da educação especial. Essa falta de especialização limita a capacidade dos docentes de desenvolver e aplicar estratégias pedagógicas eficazes para alunos com necessidades educacionais especiais. A formação continuada em educação especial deve ser uma prioridade para as instituições de ensino, garantindo que todos os professores estejam preparados para atender à diversidade em sala de aula.

Outro obstáculo persistente é a falta de engajamento dos pais e familiares. A participação ativa da família é fundamental para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com deficiência. Portanto, a falta de comprometimento relatada pelos professores sugere a necessidade de políticas e programas que promovam maior conscientização e envolvimento dos pais. Sessões de orientação e grupos de apoio podem ser estratégias eficazes para engajar as famílias no processo educativo.

Para enfrentar esses desafios, é crucial fortalecer a articulação intersetorial. A inclusão efetiva não pode ser responsabilidade exclusiva da escola. A colaboração entre os setores da educação, saúde, assistência social e transporte é fundamental para criar uma rede de suporte abrangente que atenda às necessidades das crianças e suas famílias.

Em resumo, a efetivação da PNEE demanda uma abordagem multifacetada que inclua a formação adequada dos professores, o engajamento ativo das famílias, a adaptação do ambiente escolar e a colaboração intersetorial. Somente através de uma ação coordenada e integrada será possível garantir que as crianças com necessidades educacionais especiais sejam plenamente incluídas e suas necessidades atendidas de maneira eficaz. O próximo passo na pesquisa deve focar na identificação e implementação de estratégias práticas que possam ser adotadas

pelas escolas e sistemas de ensino para superar os desafios identificados e promover uma inclusão verdadeira e significativa.

REFERÊNCIAS

ABRAPEE. **Constituição e Estatuto da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. Campinas, 1991.

ALMEIDA, L.; GUZZO, R. S. L. A relação psicologia e educação: perspectiva histórica do seu âmbito e evolução. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 3, p. 117-131, 1992.

ANTUNES, M. A. M. Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 12, n. 2, p. 469-475, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572008000200020>. Acesso em: 4 jun. 2024.

AUGUSTO, C. A. *et al.* Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 745-764, out. 2013.

BARBOSA, A. M. *et al.* **O Papel do Professor Frente à Inclusão de Crianças com Autismo**. In: XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. 2013. Disponível em: Acesso em: 21 fev. 2018.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. **Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, 1 out. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-279928486>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BRITO, E. R. **A inclusão do autista na Educação infantil: um estudo de caso**. Campinas: Editora Alínea, 2015.

BRUNI, A. R. *et al.* Cartilha Autismo e Educação: Autismo e Realidade. **Associação de Estudos e Apoio**, p. 02-84, São Paulo, 2013.

CARVALHO, J. L. **A inclusão das pessoas com deficiência na educação superior do setor privado**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

CFP. **Educação Inclusiva: Experiências Profissionais em Psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009. 172 p.

DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia, educação e LDB: novos desafios para velhas questões?** In: GUZZO, R. S. L. (Org.). *Psicologia escolar: LDB e educação hoje*. Campinas: Editora Alínea, 1999. p. 11-34.

EDUCACIONAL (**ABRAPEE**). Campinas, v. 12, n. 2, p. 469-475, dez. 2008. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/1873/1422>. Acesso em: 26 mar. 2018.

FONSECA, T. da S.; FREITAS, C. S. C.; NEGREIROS, F. *Psicologia Escolar e Educação Inclusiva: A Atuação Junto aos Professores*. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 3, p. 427-440, jul. 2018.

GUZZO, R. S. L. (Org.). **Psicologia escolar, LDB e educação hoje**. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2002. p. 11-34.

LIMA, M. A. *Formação de Professores e Inclusão Escolar*. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 4, p. 623-638, 2020.

OCTAVIO, A. J. M. *et al.* **A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na educação infantil**, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v8i1.635>. Acesso em: 20 mar. 2024.

OLIVEIRA, J. F.; ANDRADE, R. M. *Desafios na Formação Continuada de Professores para a Educação Inclusiva*. **Educação em Revista**, v. 34, n. 2, p. 327-348, 2018.

SILVA, L. R.; SANTOS, A. C. *A Colaboração entre Escola e Família na Educação Inclusiva*. **Cadernos de Educação Especial**, v. 21, n. 3, p. 255-270, 2019.

VALLE, L. E. L. R. *Psicologia escolar: um duplo desafio*. **Psicol. cienc. prof.** Brasília, v. 23, n. 1, p. 22-29, mar. 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932003000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 mar. 2024.